Biblioteca DIGITAL CÂMARA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

EDISON LOBÃO
Discurso

Diário do Congresso Nacional - Seção I
21/04/1983

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca
http://bd.camara.gov.br

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."

Bahia

Domingos Leonelli — PMDB; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Denisar Arneiro — PMDB; Sérgio Lomba — PDT.

Minas Gerais

José Ulisses — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Djalma Bom — PT; Gasthone Righi — PTB; Raimundo Leite — PMDB.

Goiás

Ibsen de Castro — PDS; João Divino — PMDB.

Mato Grosso

Jonas Pinheiro da Silva — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS.

Paraná

Valmor Giavarina — PMDB.

Santa Catarina

Epitácio Bittencourt — PDS.

Rio Grande do Sul

Irineu Colato — PDS.

Amapá

Geovani Borges — PDS.

VI — ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — A lista de presença acusa o comparecimento de 208 Srs. Deputados.

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar poderão fazê-lo.

O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA — Projeto de lei que cria Juntas de Conciliação e Julgamento no Estado de Sergipe.

O SR. JOÃO DIVINO — Projeto de lei que dispõe sobre a autorização para realização de convênios entre o INPS e a OAB, com vistas à prestação de assistência judiciária aos segurados e beneficiários da previdência social, indicando fonte de custeio.

O SR. LUIZ BAPTISTA — Projeto de lei que dispõe sobre a extinção do concurso vestibular, e determina outras providências.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Projeto de lei que dispõe sobre a propaganda de medicamentos, e dá outras providências.

O SR. SÉRGIO CRUZ — Projeto de lei complementar que autoriza o Poder Executivo a considerar o Oeste de Mato Grosso do Sul como região preferencial de desenvolvimento, e dá outras providências.

O SR. GEOVANI BORGES — Projeto de lei que dá nova redação, acrescenta e substitui dispositivos à Lei nº 6.448, de 1977, que dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios, dos Territórios Federais, e dá outras providências.

O SR. IVO VANDERLINDE — Projeto de lei que acrescenta item ao art. 411 do Código de Processo Civil.

O SR. HERMES ZANETI — Projeto de lei que proíbe a cobrança de taxas e demais contribuições educacionais, e dá outras providências.

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES — Projeto de lei que altera dispositivo da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, visando corrigir a injustiça nele atualmente contemplada contra os segurados previdenciários do sexo feminino.

O SR. FRANCISCO DIAS — Projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a instituir Comissão Especial destinada a pesquisar e elaborar a obra que menciona, e dá outras providências.

O SR. NILSON GIBSON — Projeto de lei que dispõe sobre transposição de cargos dos funcionários que especifica, e dá outras providências.

A SRª CRISTINA TAVARES — Projeto de lei que dispõe sobre Assessoria Especializada dos partidos políticos.

O SR. WALMOR DE LUCA — Projeto de lei que altera a redação do § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre a estabilidade do dirigente sindical.

O SR. CELSO PEÇANHA — Projeto de lei que dá direito à prisão especial para os professores do ensino de 1º e 2º Graus.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos prestar homenagem a Brasília pelo transcurso do seu 23º aniversário. Realçamos, nesta oportunidade, a necessidade de ser efetivado, tornado realidade o anseio da população do Distrito Federal e de todas as cidades-satélites de terem sua autonomia política, sua representação no Congresso Nacional, não apenas o Plano Piloto, mas Sobradinho, Planaltina, Ceilândia, Taguatinga, Guará I e II, Gama, Núcleo Bandeirante, Cruzeiro e Brazlândia. Que os seus habitantes tenham direito de eleger seu Prefeito e de contar com sua própria Câmara de Vereadores.

Temos observado aqui, Srs. Deputados, que os Senadores que têm a atribuição constitucional de fiscalizar a administração do Governador do Distrito Federal, na verdade não estão voltados para os problemas, seja os das cidades-satélites, seja até mesmo os do Plano Piloto. É necessária, pois, a autonomia do Distrito Federal.

O Presidente da República talvez não compreenda que possa haver aqui um governador e prefeitos de cidades-satélites de outro partido que não o PDS. Pelo menos foi este o argumento utilizado por ele, ao dizer aos Vereadores de São Paulo que o Governador do nosso Estado não deveria ser de partido diferente daquele do prefeito da Capital. Mas os fatos desses dias revelam que o Presidente da República pode muito bem ter uma relação de dignidade, de independência com governadores de Estado de outros partidos, que isto não irá prejudicar, necessariamente, a administração de cada Estado. Se houver uma relação de autonomia, de independência e de respeito mútuo, podem perfeitamente conviver governadores e prefeitos de diferentes partidos, Presidente e Governadores ou Presidente de prefeitos de diferentes partidos.

Temos observado que há, em Brasília, grande distanciamento entre a população, que não se encontra normalmente presente a este plenário, e os temas aqui discutidos. Em parte, acredito que isso se deve ao fato de a população de Brasília não ter sua representatividade, ao fato de seus mais prementes problemas — em especial os das cidades-satélites, onde em geral habitam os pioneiros que construíram esta cidade — não estarem sendo aqui discutidos devido ao nosso desconhecimento das peculiaridades da cidade, representantes do povo que somos nesta Casa vindos de outros Estados.

Queremos também registrar a viagem realizada pelas bancadas do PDT, PT e PMDB ao Araguaia. Insistimos na necessidade de o Ministro Especial para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, atender à solicitação feita hoje no sentido de ouvir as reivindicações daqueles que foram visitar os posseiros e a região do Araguaia.

O Sr. Edison Lobão — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. EDISON LOBÃO (PDS — MA.) Sem revisão orador.) — Sr. Presidente, queremos associar-nos pelo menos à primeira parte da Comunicação de Liderança do Deputado Eduardo Suplicy, ou seja, quando homenagem a cidade. Estamos inteiramente de acordo com S. Exª Esta cidade nasceu há poucos anos e tem servido ao Brasil e ao seu desenvolvimento. Completa agora mais um aniversário e estamos inteiramente solidários com tudo que significa progresso para esta cidade, onde eu moro, Deputado Suplicy, há 21 anos. Cheguei aqui bem antes de 1964, em 1962. Naquela época se iniciava a cidade projetada e realizada, nos seus primeiros passos, pelo grande Presidente Juscelino Kubitschek, que não pôde concluí-la e é natural que não pudesse, legando a tarefa aos seus sucessores. Os sucessores do Presidente Juscelino só cuidaram da cidade a partir do Presidente Castello Branco, a partir de 1964 e já nos Governos de Costa e Silva e Médici a cidade tomou grande impulso. Hoje é uma das melhores deste País, dotada de todos os serviços essenciais a uma cidade desse porte.

V. Exª fala, por exemplo, nas cidades-satélites. Deputado Suplicy, V. Exª é de São Paulo, não conhece bem as cidades do Estado do Deputado Flávio Marcílio, do meu Estado, do Líder do PMDB. As cidades-satélites de Brasília são bem melhores do que inúmeras do Norte e do Nordeste do Brasil. Temos, por exemplo, a Ceilândia. Hoje, aplicam-se mais recursos do Governo Federal na Ceilândia do que na maior cidade do Maranhão, minha cidade. Imperatriz. Dir-se-á: mas não se fez tudo ainda. Não se fez tudo, igualmente, pelas cidades de Nova Iorque, ou de Tóquio.

Quanto à autonomia de Brasília, temos agora, neste instante, o *Correio Braziliense*, que nasceu com a cidade, um grande jornal da cidade e do Brasil, realizando simpósio sobre este problema, que é fundamental, eu considero.

Mas nós aqui, Deputado Suplicy, já votamos várias emendas constitucionais concedendo autonomia a Brasília — V. Exª não teve ainda oportunidade de votar nenhuma delas — e o Congresso Nacional rejeitou todas. Concluiu-se daí que o Congresso Nacional — e

quando digo Congresso Nacional refiro-me à maioria, não sou eu nem V. Exª — nunca desejou a autonomia da cidade. Eu — e agora não falo como Líder — votei a favor das emendas, mas a maioria não quis a autonomia de Brasília e votou contra ela.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Creio que a maioria era do PDS ou da ARENA.

O Sr. Egídio Ferreira Lima — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Deputado Eduardo Suplicy reportou-se à comissão interpartidária de parlamentares desta Casa que esteve no Baixo do Araguaia — sul do Pará e norte de Goiás — uma das regiões mais tensas do País e, por isso mesmo, a que se tornou mais célebre nos últimos anos. O Baixo Araguaia é bem a demonstração de que não cuidamos de fazer a tempo uma reforma agrária profunda neste País, capaz de possibilitar seu crescimento e de permitir, sobretudo ao homem do campo, ao posseiro, o direito de cultivar suas terras e de otimizar suas condições de vida. O Governo que aí está vem tratando do problema dos posseiros do Baixo Araguaia como se fosse uma questão policial. O País inteiro sabe disso. Sabe-o também a comunidade mundial, pela imprensa, porque temos a infelicidade de ter dois padres franceses enquadrados e condenados pela Lei de Segurança Nacional simplesmente porque aplicavam, naquela região, a Doutrina Social da Igreja, desde a constituição do Concílio Vaticano II para o mundo de hoje, *gaudium et spes*, doutrina que se tornou mais objetiva e específica em relação à América Latina depois dos encontros de Medelin e de Puebla. Há posseiros presos e é grande o aparato da Polícia Federal para evitar que eles reivindiquem os seus direitos de posse e de cultivo da terra. Os Palamentares que lá estiveram irão ao Ministro-Chefe da Casa Civil, General Danilo Venturini, e ao Ministro da Justiça, traduzir o que viram, dizer a S. Exªs que o PMDB, o PT e o PDT, partidos que participaram dessa viagem, estão atentos a toda a região do Baixo Araguaia, às reivindicações dos posseiros e a violência com que vêm sendo tratados. Quero deixar aqui o registro do PMDB comunicando a V. Exª e a esta Casa que os Parlamentares do PMDB viajaram com autorização da liderança.

Em socorro do Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy e, de certo modo, reportando-me às palavras do Líder em exercício do PDS, Deputado Edison Lobão, gostaria apenas de acrescentar às palavras de S. Exª um motivo a mais, talvez o principal, pelo qual Brasília ainda não se tornou autônoma quanto ao direito à representação política, quanto ao exercício da cidadania de seus habitantes. Temos também as capitais que não têm autonomia, cidades e mais cidades, ou os Municípios transformados em áreas de segurança, e devemos reconhecer com clareza, sem dubiedade, que Brasília ainda não é autônoma para notar porque vivemos sob fortes resquícios do regime autoritário que todos nós — o PMDB, o PT, o PTB, o PDT e o PDS — queremos afastar, legitimando o poder pela eleição direta do Presidente da República e consolidando as instituições, como quer o Presidente Figueiredo, pela convocação de uma Assembléia Constituinte.

O Sr. Edison Lobão — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. EDISON LOBÃO (PDS — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, recordo-me de que já discuti esse assunto com V. Exª na legislatura em que V. Exª foi Presidente da Câmara dos Deputados, e estou inteiramente de acordo. Só queria que o Plenário — e não V. Exª — anotasse que o Líder do Governo está sempre prestando o seu dever de dar certas respostas, não tomando nunca iniciativas. E, o que é pior, tem que voltar à tribuna duas, três vezes para responder a três líderes diferentes, o que é bastante difícil para nós. Por isso mesmo, tenho que usar a palavra sempre rapidamente para sobrar tempo para as possíveis contestações seguintes.

O Deputado Egídio Ferreira Lima, meu amigo e Líder do PMDB, volta à questão da reforma agrária e ao problema do Baixo Araguaia. Este imenso País não possuía uma reforma agrária, e foi preciso que viesse a Revolução para se iniciar, de fato, o projeto. Se o Deputado Egídio me perguntar, com o sorriso da periferia, se estou satisfeito com a reforma agrária que já se fez, eu direi: não, não estou satisfeito. Mas estou plenamente satisfeito, sim, com o que já se fez e com as perspectivas do que ainda se vai fazer nesse setor. Este problema do Baixo Araguaia está definitivamente equacionado. O INCRA tratava, anteriormente, desse assunto. Depois o Governo, tão preocupado com essa questão de terra, sobretudo naquela região, criou o GETAT, uma instituição nova. O Ministro Danilo Venturini é o Ministro encarregado de tratar da reforma fundiária, no novo Ministério criado para essa finalidade, tão a sério o Governo leva esse assunto. Ouço aqui dizer que o problema dos posseiros não está resolvido. Pois eu posso dizer ao Deputado Egídio que está resolvido, sim. Todos os posseiros têm direito à sua posse, à sua gleba, que o Governo está garantindo, e isso mesmo V. Exª vai ouvir do Ministro Danilo Venturini. Acho ótimo que procure o Ministro e lhe exiba os documentos pessoalmente.

Quanto à citação, mais uma vez, talvez a milésima, em relação aos dois padres franceses — que não considero exatamente padres, porque padre para mim é aquele que celebra missa, não quem faz subversão — eles foram condenados pela Justiça do nosso País — do meu País e do País do Deputado Egídio Ferreira Lima — inclusive com o depoimento de quem? Dos posseiros aos quais V. Exª se refere. Tenho o maior apreço, e o meu Governo também, pela Justiça. Se a Justiça decidiu, para mim está decidido, e para o Governo também. V. Exª pode estar seguro de que tudo quanto se fez foi de acordo com as leis e com as decisões da Justiça.

O Sr. Egídio Ferreira Lima — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PMDB tenta ir em socorro de V. Exª e dos Líderes Edison Lobão e Eduardo Suplicy, que me antecederam na tribuna, dizendo que esse dispositivo regimental está sujeito a interpretações, e os dois fatos aqui abordados, em nosso entendimento enquadram-se perfeitamente nos termos do Regimento: primeiro, o aniversário de Brasília; segundo, o problema do Baixo Araguaia, enfocado inicialmente, pelo Deputado Eduardo Suplicy, que acaba de chegar, com outros Deputados, de uma viagem àquela região. Sabe V. Exª que o fato político tem o seu instante, o seu momento, que tem de ser detectado.

Não vou responder ao Deputado Edison Lobão. Apenas digo a S. Exª que não me causa mossa, nem deve causar aos padres franceses, o fato de serem tachados de subversivos. Na História da humanidade e na História mais recente deste País, quantos brasileiros não foram chamados de subversivos? E para regalo e reflexão do Partido do Governo, eu lembraria apenas duas grandes figuras muito ligadas ao PDS e à Revolução: o General Arthur da Costa e Silva, que foi Presidente da República, enquadrado na Lei de Segurança Nacional, preso e condenado por subversão por ter participado do Movimento de 1922; também foi preso por ter participado dos "18 do Forte Copacabana", processado por subversão, chamado de subversivo, o Brigadeiro Eduardo Gomes, que disputou a Presidência da República para o período 1945/1950. Penso que não causa mais mal-estar a ninguém ser chamado de subversivo. Eu mesmo fui chamado de subversivo durante muito tempo, e tenho certeza de que não quero a subversão, mas uma ordem justa, uma ordem correta, uma ordem que atenda às necessidades, aos direitos e aos anseios da coletividade e de cada homem. Se isso é ser subversivo, continuarei a ser subversivo a vida inteira.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Vai-se passar à matéria que está sobre a Mesa e a constante da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE *(Flávio Marcílio)* —

> Votação, em discurso única, do Projeto de Resolução nº 28, de 1983, que susta, nos termos do art. 32 da Constituição Federal, os processos em curso perante o Supremo Tribunal Federal, contra os Deputados João Orlando Duarte da Cunha, Theodorico Ferraço, Domingos Antônio Freitas Diniz e Gerson Camata. (Da Mesa) — Relator: Sr. Walber Guimarães **(Votação Secreta).**

Adiada a votação por falta de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) —

> Discussão única do Projeto de Resolução nº 29, de 1983, que susta, nos termos do art. 32, § 3º, da Constituição Federal, o inquérito nº 120 contra o ex-Deputado Miro Teixeira, em curso perante o Supremo Tribunal Federal. (Da Mesa) — Relator: Sr. Walber Guimarães **(Votação secreta).**

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Há sobre a mesa o seguinte Requerimento, que deixa de ser submetido a votos por falta de *quorum*.

Sr. Presidente,

Nos termos do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência a audiência da Comissão de Constituição e Justiça para o Projeto de Resolução nº 29/83, da Mesa da Câmara dos Deputados, que manda sustar o processo em curso no Supremo Tribunal Federal contra o ex-Deputado Miro Teixeira.

A medida, Senhor Presidente, objetiva, preliminarmente, não discriminar entre Parlamentares. A mesa não transigiu dessa audiência em relação aos senhores Deputados João Cunha, Theodorico Ferraço (da presente legislatura), Freitas Diniz e Gerson Camata (da anterior).

Ocorre, além, que a situação jurídica do denunciado, ex-Deputado Miro Teixeira, não é coincidente com a daqueles outros, pelo contrário, é totalmente distinta.

Isto posto, faz se mister o expresso entendimento da Douta Comissão de Constituição e Justiça quanto à juridicidade e constitucionalidade da referida proposição.

Plenário, 18 de Abril de 1983. — **Francisco Studart.**

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Concedo a palavra ao Sr. Arnaldo Maciel, na qualidade de Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. ARNALDO MACIEL (PMDB — PE. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de iniciar o meu discurso, faço chegar a esta Casa e à Nação o quadro que neste instante vive o Estado de Pernambuco.

Recebi o seguinte telegrama da cidade do Recife:

> "Deputado Arnaldo Maciel, Câmara dos Deputados, Brasília. É extremamente preocupante a situação do desemprego no Estado de Pernambuco, principalmente no setor de atividades da indústria imobiliária. Pesquisa concluída pela ABEMI, Pernambuco, nos últimos dias do mês de fevereiro deste ano, comprovou que o aumento do desemprego em